

Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
01 de setembro de 2009 - Nº 138 www.sindipetrocaxias.org.br



Assembleias na Reduc e Tecam referendam Pauta de Reivindicações



Calendário de Lutas, a assinatura do acordo condicionada à retirada das punições da greve de março e o anteprojeto da FUP para a nova Lei do Petróleo.

Ato público. Na última segunda-feira, 31 de agosto, mais de 200 petroleiros de todo o Brasil participaram de um ato da campanha “O Petróleo tem que ser nosso”, na porta do Edise, em defesa da soberania

nacional e por uma Petrobrás 100% estatal e pública. O ato contou com o apoio de diversas entidades representativas dos trabalhadores, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), e serviu ainda para marcar a entrega da Pauta de Reivindicações dos petroleiros à Petrobrás.

Os trabalhadores da Reduc e do Tecam referendaram, nas assembleias realizadas entre 21 e 28 de agosto, a Pauta de Reivindicações construída na Plenária Nacional da FUP. Outros pontos aprovados pela categoria foram a FUP como negociadora do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), autorizar a priorização da campanha “O Petróleo tem que ser nosso”, incluindo o apoio com uma contribuição assistencial, o



Pontos de Pauta

- 1-Referendar a pauta de reivindicações aprovada na I Plenafup;
- 2- Referendar a FUP como negociadora do Acordo Coletivo 2009/2011;
- 3- Autorizar a FUP a somente assinar o Acordo Coletivo com a retirada de todas as punições da greve de março de 2009;
- 4- Referendar o Anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo da FUP;
- 5- Aprovar desconto assistencial de 2% do salário base, durante 04 meses, para a campanha “O Petróleo tem que ser nosso”, sendo que 1% para as campanhas regionais e 1% para a campanha nacional;
- 6- Autorizar a FUP a priorizar a campanha “O Petróleo tem que ser nosso”;
- 7- Aprovar o Calendário de Lutas das Campanhas.

Total Geral

	Favor	Contra	Abs
1º	464	30	29
2º	464	30	29
3º	464	30	29
4º	434	56	37
5º	464	30	29
6º	464	30	29
7º	464	30	29

Reduc impediu Sindicato de participar da Auditoria do SPIE

Em mais um ataque à organização dos trabalhadores, a gerência da Reduc impediu o Sindipetro Caxias de acompanhar a Auditoria do Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (SPIE) realizada pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), entre os dias 25 e 28 de agosto.

O Sindicato foi impedido de participar da Auditoria como observador e somente participou da reunião de encerramento graças à intervenção do próprio IBP. O representante da Federação Única dos

Petroleiros (FUP) na Comissão de Certificação da NR-13 (ComCer) também foi impedido de acompanhar a Auditoria, embora este tenha direito garantido pela Portaria 78/79 do Inmetro, que regulamenta o SPIE.

Os membros do IBP auditaram 80 equipamentos previstos na NR-13 (Norma Regulamentadora de Caldeiras e Vasos de Pressão), mas, ao final, e apesar de todas as mazelas de manutenção da Reduc, encontraram apenas uma única não conformidade categoria A, com prazo de 60 dias para ajuste.

Os auditores registraram ainda em seu relatório toda a intransigência da gerência da refinaria que impediu os trabalhadores de participarem do processo de auditoria e não comunicou à CIPA para que esta indicasse um membro para ser entrevistado.

No ano passado, durante a auditoria do SPIE a Reduc foi certificada, mas a empresa se comprometeu a resolver as pendências apontadas pelo Sindicato. Foi elaborado, na época, um plano de ação que não vem sendo cumprido pela refinaria e, até o momento, poucas pendências foram sanadas.

Sindipetro Caxias quer regulamentar Regime de Trabalho em Paradas

Preocupado com a extrapolação das jornadas de trabalho dos empregados próprios e contratados e com o acidente ocorrido na Parada de Manutenção da U-2800, o Sindipetro Caxias solicitou uma reunião com a gerência da Reduc para saber do Regime de Trabalho e da política de

segurança para a Parada das U-1720/30/40, do parque de lubrificantes.

A reunião está marcada para o dia 03 de setembro, às 10h, com a presença do Auditor Fiscal da Gerência Regional do Trabalho de Duque de Caxias e do Procurador da República do Ministério Público do

Trabalho de Nova Iguaçu, ambos convidados a comparecer a pedido do Sindicato.

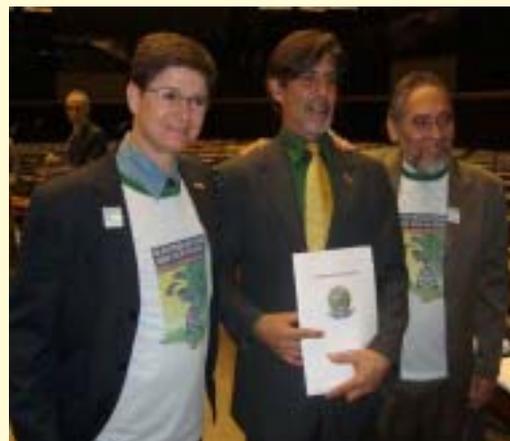
O início da liberação das unidades da "Dilubinha", como é conhecida, se inicia em 02 de setembro e os trabalhos de manutenção no dia 04, com previsão de duração de 35 dias.

Retomada do monopólio estatal do petróleo agora é Projeto de Lei

A proposta defendida pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e movimentos sociais para restabelecer o monopólio estatal do petróleo e transformar a Petrobrás em empresa 100% estatal e pública já está em tramitação na Câmara dos Deputados, através do Projeto de Lei 5891/2009, apresentado em Plenário na quinta-feira, 27, pelo deputado federal Fernando Marroni (PT/RS). O PL 5891/2009 traz na íntegra todos os pontos do anteprojeto aprovado

pelo Conselho Deliberativo da FUP e referendado nas assembleias pelos petroleiros. O Projeto de Lei foi apresentado ao primeiro vice-presidente da Câmara, no Plenário da Casa. O ato foi acompanhado por dirigentes da FUP, CUT, CTB e representantes sindicais de vários estados do país, entre eles o Sindipetro-RJ e a Fenajud (Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário).

Imprensa da FUP



Moraes e Caetano entregam anteprojeto ao deputado Fernando Marroni